

*Com muito a propósito, Bruto da Costa, chama a atenção para uma realidade que de tão evidente e familiar nos passa frequentemente despercebida: a imigração é, actualmente, uma questão de comunidades e não mais um problema de indivíduos ou mesmo de famílias.*

*Têm sido esta relevância social que, por arrastamento, tem desencadeado a produção legislativa e a acção política dos governos, neste domínio. Ora, como muito bem nota a REAPN, no mais recente número de "Em análise", nem um nem outro destes campos originaram medidas e acções concretas, verdadeiramente consonantes com a dimensão e a abrangência desta faceta da "nova questão" social. Pior, são visíveis as descontinuidades e as fracturas motivadas pelas mudanças sucessivas de governos, mais ou menos associadas à sua dominante político-ideológica.*

*Nalguns casos mais não se fez do que veicular ideias feitas, normalmente sobre contenção da imigração ou mesmo sobre a integração dos imigrantes, muito ao sabor do que a designada opinião pública, e até o senso comum, vêm propalando. Invariavelmente, contribuiu-se também, por esta via, para que, de algum modo, se continuem a culpar as vítimas ou a avaliar e julgar, incorrectamente, a sua condição.*

*Dito de outro modo, o problema dos imigrantes continua a ser visto como um problema exclusivamente seu ou das suas comunidades e não nosso ou das nossas comunidades. Se se trata de integração são os imigrantes que têm que fazer por ela, circunstância que, pretensamente, a nós não nos diz respeito.*

*E a verdade é que se a imigração existe ela provém grandemente dos modelos de desenvolvimento que adoptámos (quase sempre nós e não eles) e pusemos em prática, caracterizados pela dualização social e territorial, a nível global. Mas é igualmente verdade que a imigração enriquece culturalmente a nossa sociedade, sendo também certo que pode ajudar a refazer os equilíbrios demográficos, sociais e económicos na nossa fragilizada sociedade. Fragilização que adveio, no fim de contas, do mesmo modelo e prática de desenvolvimento.*

*Por tudo isto a imigração é, pois, um problema nosso! Esta consciencialização é particularmente decisiva no relacionamento comunitário, onde as comunidades de acolhimento e de imigrantes se possam, pela sua interacção, diluir cada vez mais. Daqui pode resultar uma capacidade para influenciar as políticas públicas, especialmente ajudando a incutir este pressuposto e, quem sabe, a inflecti-las.*

*Abílio Amiguiinho*

*Coordenador do Núcleo Distrital de Portalegre da REAPN*

## Ficha Técnica



Propriedade

Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal  
Rua de Costa Cabral, 2368 - 4200-218 Porto  
Tel. 225 420 800 - Fax 225 403 250  
E-mail: geral@reapn.org • www.reapn.org

Cordenação editorial

Núcleo Regional do Sul  
(Beja, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Setúbal)  
Gabinete de Informação

Design, Paginação e Impressão  
a diferença, lda

Periodicidade  
Quadrimestral

Tiragem  
2.000 exemplares

Depósito Legal  
247628/06

Distribuição  
Gratuita

## Imigração<sup>1</sup>

O processo de globalização, patente na disseminação das novas tecnologias, na circulação de capitais, bens, serviços, informações e ideias entre países e entre continentes, tem tido um impacto desigual e provocado acentuadas disparidades, em termos de distribuição da riqueza nas diferentes partes do mundo. O aumento da magnitude e âmbito das migrações internacionais é um reflexo deste processo, havendo actualmente, segundo a Organização das Nações Unidas, cerca de 200 milhões de migrantes internacionais em todo o mundo.

Em 2004, a Comissão Europeia deu um impulso relevante para a abordagem da questão da integração dos imigrantes legais nos países da União Europeia. Tal preocupação está bem patente no Programa de Haia que define os objectivos da União em matéria de política de imigração para os próximos cinco anos, bem como na adopção dos Princípios Básicos Comuns sobre a integração dos imigrantes ou no estabelecimento de uma Agenda Comum para a Integração, complementado pela consagração de 2007 como Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos e de 2008 como Ano Europeu do Diálogo Intercultural.

No nível nacional o êxito de qualquer política de imigração mede-se através do grau de sucesso da integração dos imigrantes na respectiva sociedade, sendo certo que a estabilidade e a coesão das nossas sociedades beneficiam com a integração de nacionais de países terceiros e dos seus descendentes.

### Decreto-lei nº 34/2003

Esta lei prevê um regime de quotas, restrição do direito de reagrupamento familiar, revogação das autorizações de permanência no caso do indivíduo não possuir contrato de trabalho. No mesmo sentido, as autorizações de permanência não prevêem o reagrupamento familiar. Este só é previsto se o Imigrante tiver uma autorização de residência legal, ou seja, 5 anos de autorização de residência. No caso de todos os indivíduos que se encontram em situação ilegal, não possuindo meios, nem condições para terem autorização de permanência ou de residência, pode apelar para o artigo 88º, no qual podem ser concedidas autorizações de residência se o indivíduo em questão preencher determinados requisitos. O que se passa é que a Lei não define que requisitos são estes, logo, cabe ao poder discricionário do SEF e do Ministério da Administração Interna conceder ou não essa autorização.

A nova proposta de lei apresentada pelo XVII Governo Constitucional, e aprovada a 10 de Agosto de 2006, define algumas novidades relativamente à lei ainda em vigor:

1- este novo regime prevê a fixação anual, e mediante parecer da Comissão Permanente de Concertação Social, de um contingente global de oportunidades de emprego não preenchidas por cidadãos nacionais, cidadãos comunitários ou estrangeiros residentes em Portugal.

- 2- propõe-se um regime simplificado de concessão de autorização de residência a investigadores estrangeiros que pretendam desenvolver a sua actividade em centros de investigação do País ou em estabelecimentos de ensino superior, bem como um regime mais simplificado de concessão de autorização de residência a estudantes estrangeiros.
- 3- a simplificação da concessão de autorização de residência a estrangeiros que desenvolvam uma actividade empresarial no País, contribuindo, assim, para a atracção de investimento criador de emprego e riqueza.
- 4- propõe-se um regime especial de imigração meramente temporária para trabalhadores sazonais e trabalhadores destacados no âmbito de empresas ou grupos de empresas de países da Organização Mundial do Comércio, com actividade em Portugal.

### Plano para a Integração dos Imigrantes

O Governo aprovou, em Conselho de Ministros, o Plano para a Integração dos Imigrantes, que será transversal à actividade dos 13 ministérios do executivo e que contempla medidas de combate ao abandono e insucesso escolar dos descendentes de imigrantes. É um programa político que pretende atingir níveis superiores de integração, quer numa perspectiva sectorial, designadamente nas áreas do Trabalho, Habitação, Saúde e Educação, quer numa perspectiva transversal no que toca às questões do racismo e discriminação, igualdade de género e cidadania.

No âmbito deste novo Plano, merecem particular destaque as medidas para favorecer o combate ao abandono e insucesso escolar dos descendentes de imigrantes, o reforço da formação profissional dirigida às comunidades imigrantes, a aposta na intensificação dos programas destinados ao ensino da língua portuguesa, e os instrumentos para facilitar o acesso dos imigrantes ao pleno exercício dos seus direitos individuais e sociais, nomeadamente nas áreas da saúde, habitação e justiça.

### Nova Lei da Nacionalidade

- a) Atribui-se nacionalidade originária aos imigrantes de terceira geração (nascidos em Portugal, filhos de estrangeiros que também já nasceram em Portugal);
- b) Atribui-se a nacionalidade originária aos imigrantes de segunda geração (nascidos em Portugal, filhos de estrangeiros), quando pelo menos um dos progenitores resida legalmente em Portugal há 5 anos (era 6 anos para os da CPLP e 10 anos para os outros – e todos tinham que ter autorização de residência, agora é qualquer título válido);
- c) Concede-se um direito à nacionalidade por naturalização aos menores imigrantes de segunda geração

(crianças nascidas em Portugal) cujos pais se legalizem e estejam legais há 5 anos ou que conclua aqui o primeiro ciclo do ensino básico;

- d) Admite-se a aquisição da nacionalidade por naturalização aos imigrantes de segunda geração (que aqui tenham nascido) quando atinjam a maioridade, tendo aqui permanecido nos últimos 10 anos (ainda que em situação irregular).

#### Preocupações e Recomendações da Rede Europeia Anti-Pobreza

Tomando seriamente a sua missão de prevenção e de luta contra a pobreza e a exclusão social e de promoção de uma Europa Social solidária que garanta uma igualdade de oportunidades para todos, a REAPN está preocupada com os recentes desenvolvimentos políticos, tanto a nível nacional como europeu, que parecem representar uma negação aos migrantes dos direitos mais fundamentais, traduzindo-se muito provavelmente num aumento do número de migrantes em situação de pobreza.

A REAPN está perfeitamente consciente da existência de grandes diferenças em matéria de acesso aos direitos e aos recursos, em função do estatuto legal dos migrantes (especialmente as diferenças que existem entre os cidadãos de países terceiros e os migrantes naturalizados; entre os migrantes em situação regular, os que se encontram em situação irregular e os requerentes de asilo, etc.). Estamos igualmente conscientes da situação das comunidades ciganas e dos *travellers* na Europa, grupos que se vêm confrontados com os mesmos problemas de racismo, de discriminação e do não acesso aos direitos e recursos.

A REAPN congratula-se com a intenção de desenvolver uma abordagem Europeia global em matéria de migração, mas exige que os direitos humanos sejam colocados no centro de uma política coordenada sobre a migração (incluindo migração ilegal e as políticas de asilo) que deve respeitar as normas internacionais mais elevadas. A REAPN apela assim que sejam revistas as actuais políticas de imigração e asilo bem como as medidas propostas que visam reforçar as fronteiras exteriores e defendem uma “Europa fortaleza” em detrimento dos direitos fundamentais.

Deve ser dada prioridade política à construção de uma Europa Social solidária que tem em conta a responsabilidade

da Europa com base no papel que desempenhou na história colonial, mas também no actual contexto de globalização económica que contribui para o aumento do fosso entre pobres e ricos. Neste sentido, as políticas europeias devem considerar a migração como uma forma legítima de mobilidade e uma maneira legítima de melhorar não apenas as condições de vida dos imigrantes mas contribui também para um mundo mais justo, para uma melhor redistribuição dos recursos e uma maior coesão social no mundo inteiro.

#### Recomendações:

- 1) Uma abordagem global e positiva da migração: reconhecer o direito à migração e considerar a migração como uma fonte de enriquecimento cultural, social e económico. Cooperação entre todos os governos europeus na definição e implementação de soluções de curto e a longo prazo.
- 2) Acesso aos direitos e aos recursos: garantir o respeito dos direitos sociais e o acesso aos serviços e aos recursos para todos os migrantes, incluindo os requerentes de asilo e os migrantes sem papéis.
- 3) Investimento na integração: introdução de mecanismos que permitem a participação activa dos imigrantes nos processos políticos, sociais e económicos mas também na vida cultural e recreativa das comunidades.
- 4) Garantir os direitos políticos: reforçar a democracia assegurando que todas as pessoas que vivem num determinado território tenham a possibilidade de influenciar os processos de tomada de decisões políticas.
- 5) Combater as causas profundas da migração: promover o desenvolvimento do Sul e implementar políticas que contribuem para lutar contra a pobreza, os conflitos armados e as violações dos direitos do homem, por todo o mundo.

<sup>1</sup> in “Em Análise 13”. O “Em Análise” é um documento de apoio elaborado pelo Gabinete de Investigação e Projectos da REAPN, editado sempre que haja um tema pertinente no âmbito das políticas sociais. Para leitura integral deste texto, consulte [www.reapn.org](http://www.reapn.org).

<sup>2</sup> Rui Pena Pires, Migrações e Integração, Oeiras, Celta Editora, 2003, p.123.

## Contributos para o compromisso e trabalho conjunto e integrado no combate à pobreza e à exclusão social



Na Cimeira de Lisboa em 2000 entrou em vigor a Estratégia de Lisboa, marco distintivo e reafirmante do carácter social da União Europeia e do seu modelo de crescimento. Os Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros assumiram o objectivo estratégico de tornar a Europa comunitária no espaço baseado na economia do conhecimento mais competitiva do mundo,

promovendo mais e melhores empregos e mais coesão social. Assumiram, também, o compromisso de produzir um impacto decisivo na erradicação da pobreza e da exclusão social<sup>1</sup> até 2010.

A Estratégia de Lisboa assentou no Método Aberto de Coordenação (MAC), o qual tem por base os seguintes elementos: objectivos comuns e metas; Indicadores Comuns e Boas Práticas; Planos Nacionais de Acção para a Inclusão;

Relatórios Conjuntos de Avaliação dos Planos elaborados pela Comissão Europeia.

Neste contexto, surge o Programa de Acção Comunitário de Combate à Exclusão Social, com o objectivo de enquadrar algumas das actividades a desenvolver neste domínio.

No entanto, no início de 2005 as dificuldades reveladas pela conjuntura económica internacional e comunitária, demonstraram a necessidade de revisão das metas fixadas no âmbito da Estratégia de Lisboa. O seu eixo central passa a assentar na importância do crescimento económico e do emprego, reforçando algumas das dimensões de governação e apostando numa maior simplificação e transparência de procedimentos. Consequentemente, procedeu-se também à revisão da Agenda Social Europeia e do MAC.

A Agenda Social Europeia<sup>2</sup> revista veio reforçar a importância para o alcance da confiança dos cidadãos, com vista a mais eficazmente enfrentar os grandes desafios que se colocam ao nível do emprego/desemprego, da persistência das situações de pobreza e das desigualdades, através da modernização das políticas sociais.

Por outro lado, durante as anteriores gerações dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão constatou-se em vários países da Europa um desfasamento entre os objectivos comuns europeus e a implementação das políticas.

Tal constatação, indica a necessidade do reforço no processo:

- (I) ao nível da eficácia das políticas, sem abandonar o aprofundamento da dimensão social da Estratégia de Lisboa revista, para garantir a coerência e o reforço mútuo entre os objectivos de crescimento e emprego e os da coesão social;
- (II) de compromisso, empenhamento e acção de todos os actores relevantes, especificamente aos níveis regionais e locais de cada Estado-Membro, a fim de garantir uma maior eficácia das estratégias europeia e nacionais de combate à pobreza e à exclusão social.

Apesar das estratégias Europeias e Nacionais para a Inclusão Social serem desde o início desenvolvidas territorialmente, através da implementação de políticas, a verdade é que muitos dos actores regionais e locais ainda não as incorporaram nem tão pouco as assumem como um compromisso político nos seus respectivos níveis de intervenção.

O principal desafio que então se coloca aos Estados Membros é o de garantir uma forte integração vertical e horizontal das políticas económicas, de emprego, de formação contínua, de protecção social, de saúde, de habitação, sociais e culturais e ainda que se dê relevância, nos vários níveis territoriais, ao combate da pobreza e da exclusão social. Esta articulação funcional é essencial para obter uma estratégia integrada e concertada na redução da pobreza e exclusão social de cada Estado-Membro.

O “desenvolvimento de Planos regionais/locais de acção para a Inclusão - LAPS & RAPS”

Uma proposta metodológica a desenvolver no âmbito do Projecto Transnacional

Neste contexto, e integrado no Programa de Acção Comunitário anteriormente referido, surge o Projecto Transnacional “*Developing a Methodological Framework for Developing Local and Regional Plans for Social Inclusion - LAPS & RAPS*”, com o objectivo de desenvolver uma estrutura e metodologia para a elaboração de Planos Locais/Regionais de Acção para a Inclusão, na perspectiva das Entidades Regionais/Locais passarem também a acompanhar e monitorizar o processo de Inclusão Social. A visão é a de elaborar uma metodologia e estrutura regional/local que articule com as Estratégias Nacionais e Europeias neste domínio, particularmente através dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão e das recomendações da Comissão Europeia.

Considerando a pertinência do projecto para a Boa Governação do processo de Inclusão Social, o Instituto de Segurança Social, I.P. (ISS, I.P) decidiu aceitar este desafio e ser um dos parceiros.

Com a visão de tornar mais eficiente e eficaz a articulação entre os níveis Central e Concelhio, bem como de elaborar estratégias para a inclusão social territorialmente mais próximas dos cidadãos, mas simultaneamente amplas, que potenciem e racionalizem os recursos aos vários níveis territoriais, optou-se por desenvolver um Plano Regional (Supra-Concelhio) de Acção para a Inclusão.

O estudo de caso encontra-se a ser desenvolvido na Região do Algarve, assente numa parceria (Grupo Local) composta por membros de Instituições de âmbito Regional, nomeadamente a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, a Direcção Regional da Educação, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a Administração Regional de Saúde, a Delegação Regional do Instituto de Emprego e Formação Profissional, o Centro Distrital de Segurança Social, e por membros de Instituições de âmbito Nacional, particularmente o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) e o ISS, I.P.

Por se tratar de um projecto de carácter experimental, o promotor orientou os parceiros para que os Planos Regionais/Locais a desenvolver incidissem, nesta fase, somente numa das prioridades definidas pela Comissão Europeia em matéria de Inclusão Social<sup>3</sup>. Deste modo, dadas as características da Região e de acordo com os diagnósticos das Redes Sociais seleccionou-se o seguinte tema prioritário “Reduzir a pobreza e a exclusão social dos imigrantes”.

Actualmente já se elaborou o diagnóstico da Região, a matriz de indicadores que permite o acompanhamento do processo, bem como foram desenvolvidos um conjunto de Mini-Fóruns dos Imigrantes em parceria com Núcleo Distrital de Faro da Rede Europeia Anti-Pobreza, outras organizações não governamentais da Região e a Câmara Municipal de Faro.

### Breves reflexões

Porque é decisivo mobilizar as comunidades regionais e locais no combate à pobreza e à exclusão social?

Em primeiro lugar, os poderes local e/ou regional, constituem

níveis de eleição democrática, encontram-se territorialmente mais próximos dos cidadãos e consequentemente melhor capacitados para compreender as condições, aspirações e necessidades a estes níveis territoriais.

Em segundo lugar, as comunidades regionais e/ou locais estão melhor posicionadas para traduzir as estratégias nacionais ou regionais em acções no seu território.

Em terceiro lugar, é ao nível regional e local que se deve garantir a qualidade de vida dos cidadãos, particularmente através da promoção de empregos aí identificados. É também a estes níveis territoriais que na educação e na formação são organizados e desenvolvidos os serviços de apoio à inclusão social de pessoas e dos grupos mais vulneráveis.

Os níveis regionais e locais assumem, assim, um papel essencial na implementação das políticas nacionais e orientações europeias, mas também poderão ter um papel indispensável na formulação ou adequação das estratégias regionais e/ou locais no combate à exclusão social e à pobreza, consonantes com as estratégias nacional e europeia.

A criação de “pactos” territoriais de todos os actores regionais e locais para que assumam um compromisso no combate à

pobreza e à exclusão social, em termos de fortalecimento de políticas estruturais para a inclusão social, constitui uma condição crucial de partida para a concepção, implementação, monitorização e avaliação de Planos Regionais de Acção para a Inclusão.

Em suma, o combate à exclusão social e à pobreza é uma área política complexa, não se limita ao acesso aos direitos, bens e serviços e à igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, envolvendo também aos direitos, bens e serviços e à igualdade de oportunidades em áreas como a habitação, educação, saúde, cultura, protecção social, entre outras, o que significa que as parcerias regionais e/ou locais devem ser assumidas pelos principais actores que possuam recursos, conhecimento e experiência das diversas situações de vulnerabilidade.

Alexandra Amorim  
Instituto de Segurança Social, I.P.  
alexandra.m.amorim@seg-social.pt

1. Plano Nacional de Acção para a Inclusão, 2006-2008, MTSS, Setembro, 2006, P. 3.

2. In L' Agenda Social 2005-2010 – Une Europe Sociale dans l'économie mondiale; Des emplois et de nouvelles chances pour tous, Emploi & affaires sociales, Commission Européenne.

3. CF. Relatório Conjunto para a Inclusão Social 2005-2006, www.pnai.pt.

## Imigração em Portugal: um novo conceito de nós



No passado dia 10 de Maio, a nova lei de imigração foi aprovada na Assembleia da República. Face à importância que o documento representa para

adopção de melhores políticas de integração das comunidades de imigrantes em Portugal, ele deverá ser alvo de reflexão de todos e não de apenas alguns actores sociais mais directamente envolvidos nesta matéria.

Isto significa que, hoje, a imigração não é um fenómeno marginal na sociedade portuguesa, muito pelo contrário, tende a ganhar cada vez mais importância e os números suportam esta afirmação. São cerca de 500 mil em situação legal, inseridos nos mais variados sectores de actividade, sobretudo, os mais desvalorizados económica e socialmente. Por outro lado, a realidade do país evidencia-nos que muitos sectores de actividade económica dependem, hoje, da mão-de-obra migrante.

Os 500 mil imigrantes contribuíram no ano passado em cerca 7% do PIB e, actualmente, essa população é contribuinte líquido positivo para as finanças portuguesas. Deduzindo os custos que o Estado Português tem para com os imigrantes e face aos impostos e taxas pagas cobradas, em 2004, Portugal

lucrou em 324 milhões de euros com a presença de imigrantes.

Portanto, hoje, temos Portugal mais rico económico, cultural e socialmente face à presença dos imigrantes que, ao lado dos portugueses querem construir um país melhor. Por isso, entendemos que o desafio central em qualquer política de integração é alargar o conceito de cidadão e do nós. Se hoje temos um Portugal mais plural temos, necessariamente, que traduzir essa pluralidade no contexto do exercício de cidadania. Possibilitar que as pessoas, que por acaso nasceram noutras paragens, possam ter um conjunto de direitos e deveres na sociedade portuguesa (acesso à habitação, à saúde, educação etc.) é o caminho certo. Precisamos de renovar o conceito do “nós portugueses”. Nos dias que correm, ser Português implica, por exemplo, falar a língua portuguesa com sotaque russo, gostar do bacalhau mas também da feijoada etc.

Por isso, qualquer lei da imigração deve estar orientada por essa necessidade do “nós portugueses” no sentido de colocar os indivíduos na situação de igualdade de oportunidades. Começemos por um aspecto essencial: a participação social e política.

Apesar deste peso social, económico e cultural da população imigrante em Portugal, o certo é que os imigrantes ainda são desvalorizados politicamente ou, se quisermos, não têm peso político. Face à imposição legal, só uma pequena percentagem da população imigrante tem capacidade eleitoral em Portugal e como quem não vota não conta, a adopção

de políticas mais pró-activas em relação à imigração são escassas ou então são geridas de forma muito lenta e cautelosa.

Dentro do quadro político é evidente que esta forma tímida e, às vezes desconfiada, de tratar a imigração pode ser compreensível. Se estamos, por um lado, a falar de uma população com pouca ou nenhuma capacidade eleitoral e, por outro, de um tema onde ainda prevalecem (na generalidade das pessoas) muitas ideias erradas, factores potenciadores de alguma tensão social, é evidente que a lógica política tende a funcionar numa relação muito clara entre custo e benefício de uma determinada acção.

Devemos referir, todavia, que perante o quadro feito nas linhas anteriores, dar a ideia de que nada foi feito em matéria de imigração em Portugal, é errado.

O trabalho do ACIME, a nova Lei da Nacionalidade, a existência dos Centros Locais de Apoio ao Imigrante e da linha SOS Imigrante, são alguns dos muitos exemplos de boas práticas no domínio da imigração em Portugal. Apesar da imigração ter sido tardiamente apropriada pelo poder político, hoje, a imigração já faz parte da agenda política portuguesa e já foram dados nos últimos anos passos importantes que no nosso entender devem ser valorizados.

A nossa perspectiva é que as coisas só andam mais depressa e se consegue algum poder de intervenção e de mudança de políticas quando um determinado segmento da população tiver capacidade eleitoral. Enquanto isso ainda não acontece na prática, é preciso actuar com os argumentos disponíveis.

A nova Lei que regula as condições de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território português (Lei de Imigração), tem algumas coisas positivas mas deixa sem resposta duas questões centrais em nossa opinião. O aspecto positivo que queremos salientar é a unificação dos vários títulos de residência legal no país.

A primeira observação negativa é o sistema de quotas que está presente nesta nova lei, apesar de ter uma outra denominação. No passado recente, houve um consenso alargado de que o sistema de quotas não funcionou. Perspectivou-se a entrada de 8500 imigrantes no âmbito do sistema de quotas e só entraram pouco mais de 500 pessoas. A nossa ideia não é contra, necessariamente, as quotas, mas sim, contra toda a burocracia que está por detrás e que, no lugar de resolver um problema, o complica ainda mais. Isto quer dizer que um sistema de quotas alicerçado na carga burocrática é um fiel amigo da imigração irregular, facto que deve merecer uma atenção e preocupação de todos. Alguém já experimentou ir até ao Consulado Português tratar de um visto de trabalho?

A segundo aspecto negativo desta nova lei é a não existência de respostas objectivas em relação aos imigrantes que se encontram em situação irregular, mas inseridos no mercado de trabalho paralelo. Não sabemos se as respostas passam, necessariamente, por uma regularização extraordinária, mas é contraproducente não fazer emergir respostas reais para os que estão no país em situação irregular.

Neste sentido, uma das prioridades da PERCIP (Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades de Imigrantes em Portugal) é tentar colocar na agenda política a situação dos imigrantes indocumentados, no sentido de fazer emergir respostas objectivas.

Retomando a nossa ideia inicial, o país precisa de potenciar com maior vigor as mais valias da imigração, propósito que só é concretizável na base da igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos, independentemente, da origem ou condição. Por outras palavras, só estaremos perante um ganho real da imigração, quando conseguirmos fazer das pessoas verdadeiras cidadãs deste país, exercendo na plenitude os seus direitos e deveres.

Neste contexto, os imigrantes têm a consciência que esta é uma luta de todos os actores. Do poder político, seguramente. Mas também da sociedade civil, onde as associações de imigrantes devem e podem ter um papel cada vez mais premente.

Se por um lado, é positiva a emergência, um pouco por todo o país, de associações de imigrantes que diariamente lutam para uma melhor integração daqueles que fizeram de Portugal o seu país, por outro, temos de assumir que a falta de concertação entre as associações nos assuntos essenciais e a inexistência de uma plataforma de entendimento credível dificulta a acção do movimento associativo imigrante.

O I e II Fóruns das Estruturas Representativas dos Imigrantes, realizados em 2006 em Ponta Delgada e este ano em Setúbal, constituíram espaços para emergência da Plataforma. Ainda nesses dois Fóruns, foi possível criar a “Agenda dos Açores” e a “Agenda de Setúbal”, documentos que serviram de um claro incentivo à criação da PERCIP, na convicção de que é necessário um espaço de concertação de posições por parte das Associações de Imigrantes e de emergência de Agendas comuns de actuação.

Neste momento, a PERCIP já tem 44 associações de imigrantes aderentes e estamos comprometidos em trabalhar no sentido de sermos, também, actores activos para uma mais e melhor integração dos imigrantes na sociedade portuguesa.



Paulo Mendes

Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades de Imigrantes em Portugal

Já fazem parte do conhecimento comum, as alterações demográficas mais ou menos recentes que fizeram de Portugal um país mais rico em diversidade cultural. As áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, mas também o Algarve por exemplo, têm sido cenário de uma realidade partilhada por grande parte dos países da União Europeia, e que tem a ver com movimentos migratórios de várias origens e em diversas fases. Após os anos 70 sensivelmente, chegaram a Portugal, imigrantes vindos dos PALOP's – Cabo-Verde, Guiné, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, posteriormente, vieram da Ucrânia, Moldávia, Rússia, e mais recentemente Brasil (já com maior expressão numérica), entre muitos outros imigrantes de proveniências dispersas. Apesar deste fenómeno ser relativamente novo, na frequência e na visibilidade quotidiana e mediática, está longe de ser inédito na história de Portugal. Não é contudo esse debate que nos ocupa aqui. Interessa no entanto salientar que, nos diferentes países e proveniências políticas e sociais de origem dos imigrantes, existem Sistemas de Saúde com lógicas também diferentes e por vezes, a total ausência dos mesmos, em particular no que diz respeito a alguns contextos africanos como é o caso de Angola (afectada tanto tempo pela guerra) ou Guiné. Face a esta situação, correspondem também atitudes sociais e culturais desiguais face à saúde e à doença.

Falar de saúde e imigração em Portugal hoje em dia, é sobretudo falar de direitos humanos. A questão do acesso aos serviços de saúde, nos tempos que correm, já não pode ser apenas vista como uma questão geográfica ou social, mas fundamentalmente, como uma questão política e económica. A ideologia dos governos que adoptam ou se vêem forçados a adoptar políticas neoliberais que esvaziam os programas sociais da sua substância, criam novas dificuldades para grupos inteiros e o regresso de velhos problemas de saúde como a tuberculose, ou a desnutrição, a falta de cuidados materno-infantis, entre outras desordens mais relacionadas com a exclusão social do que com a condição de ser imigrante. Em consequência, a privatização dos cuidados de saúde, as novas políticas dos medicamentos e a transformação dos cidadãos imigrantes ou não, em “consumidores de saúde”, são preocupações acrescidas para todos, em particular para os indocumentados?

As situações médicas e terapêuticas e o acesso aos serviços de saúde que determinam quem tem ou não tem direito a usufruir do mesmo, ficam facilmente associadas a questões de direitos, uma vez que muitos dos imigrantes residentes no nosso país, vivem em condições de extrema pobreza, agravando-se a situação no caso de se tratar de imigrantes indocumentados que por desconhecimento da lei, ou receio de serem detectados, dificilmente se aproximam destes serviços. A saúde e a doença, deixa de ser nestes contextos uma questão apenas gerida entre profissional de saúde e paciente, para passar a ser decidida, gerida ou mediada por

políticos, gestores, assistentes sociais, ou outros técnicos mais ou menos envolvidos nesta questão.

Desde logo, e a partir de um ângulo antropológico, consideramos a doença ou o mal-estar dos imigrantes, como uma desordem marcante, eventualmente agravada pelos contextos socioeconómicos desfavorecidos. Tanto as desordens físicas como psíquicas próprias de todos (imigrantes ou não), tendem a tornar-se mais significativas nos processos de diásporas.

São vários os determinantes de saúde da população imigrante mais desfavorecida. Um dos mais marcantes é sem dúvida, a desadaptação social e cultural: a título de exemplo, podemos referir a alguns contextos africanos, onde é frequente a convivência de uma família alargada num mesmo espaço residencial, com estabelecimento de laços de solidariedade e de transmissão de conhecimentos dos mais velhos para os mais novos no seio da família, ou até nalguns contextos, a existência da prática da poligamia, ou ainda a existência de relações sociais baseadas na proximidade geográfica ou afectiva e não no poder anónimo das instituições, diferentes sistemas religiosos e simbólicos, mas também, diferentes hábitos alimentares, climas que originam maneiras diversas de relacionamento com o próprio corpo, etc., etc. São frequentes também as dificuldades sentidas com a língua oral e escrita e nem sempre fácil a sua tradução, quando está em causa a expressão de um sentimento, sofrimento ou mal-estar. Existem ainda diversas interpretações da doença, em certos contextos africanos, que as dividem em doenças do corpo e doenças do espírito, o que pode condicionar o seu diagnóstico, quando transferidas para o contexto exclusivo da biomedicina.

Outra condicionante da saúde, reside por exemplo nas actividades laborais que normalmente desempenham os imigrantes mais carenciados: frequentemente empurrados para trabalhos violentos, perigosos fisicamente, mal remunerados e precários, remetendo o corpo para uma mera ferramenta de trabalho, correndo o risco de adoecer e de perder subitamente o emprego (em particular quando o empregador não tem a situação laboral dos seus empregados de acordo com a lei) e consequentemente, o seu sustento e da família que dele depende, tanto em Portugal, como no local de origem. O próprio contexto residencial em que o imigrante se insere – bairros de barracas, ou bairros de realojamento com péssimas condições de construção - onde é frequente a humidade, as infiltrações e por vezes ausência de saneamento básico (no caso dos bairros de barracas), contribui negativamente para uma boa saúde física e psíquica.

Uma outra questão que vale a pena ser focada, prende-se com a dificuldade inicial de entendimento de como funcionam as instituições portuguesas, nomeadamente os hospitais e os centros de saúde. Uma quase inexistente sinalética gráfica,

a ausência de tradutores ou de mediadores culturais para a saúde, a frequente falta de formação específica e sensibilidade dos técnicos de saúde (médicos, enfermeiros e administrativos) para a diversidade cultural, e até o próprio desconhecimento da lei que determina que qualquer pessoa, residente em território nacional tem direito a receber cuidados médicos tendencialmente gratuitos, tem originado verdadeiros atentados aos direitos humanos, particularmente visíveis quando se trata de imigrantes indocumentados ou sem-abrigo.

Outro assunto, prende-se com as doenças características supostamente dos imigrantes, como têm sido recentemente referidas nos meios de comunicação social. Estamos em crer que não existem enfermidades necessariamente exclusivas destas populações, apenas pelo simples facto de serem imigrantes. Contudo, se falarmos em contextos de exclusão social onde existem populações imigrantes, concordamos que diversas doenças tendem a manifestar-se, fruto como já referimos anteriormente, da alteração climatérica, das más condições habitacionais, da actividade profissional, ou concretamente da pobreza, como por exemplo as doenças dos ossos, respiratórias, a má nutrição ou o alcoolismo. Por outro lado, as doenças cardíacas, renais, as DST's, hemoglobinopatias, doenças do foro mental, etc., carecem de investigação e monitorização própria e comparada, recorrendo quer a métodos quantitativos quer qualitativos, mas sempre, necessariamente numa perspectiva de análise interdisciplinar e não apenas biomédica. A razão para que tal aconteça, no nosso ponto de vista, prende-se com a noção de que existem diversos contextos culturais onde a saúde, a doença, o sofrimento, o mal-estar e o próprio corpo se manifestam, e onde a dor não possui apenas um contorno biológico, implicando também um sofrimento moral.

Não podemos correr o risco de olhar para a saúde e para a doença desde uma abordagem etnocêntrica, baseada na experiência ocidental assente quase exclusivamente na biomedicina. A diversidade cultural existente actualmente no nosso país, também implica uma enorme diversidade de práticas terapêuticas, constantemente em transformação, cruzando-se por vezes num mesmo contexto cultural ou individual, influenciadas pelo género, a economia, a religião ou a política. As formas e os conteúdos das diferentes práticas de saúde, vão tomando especial expressão em contextos de marginalização e de exclusão social. É por isso urgente perspectivar a saúde desde um ponto de vista holístico, tendo em atenção que existem outros conhecimentos técnicos e terapêuticos que podem ser igualmente válidos e que fazem parte de um universo cultural e simbólico de alguns grupos de imigrantes, tendo por isso a sua própria eficácia.

Por outro lado, sabemos que quando se trata de questões relacionadas com a saúde e a doença ou a vida e a morte, raramente são os médicos os únicos "actores" privilegiados no cenário das decisões. Quando as políticas se transformam em biopolíticas que favorecem a vida e a saúde de alguns grupos de indivíduos, em detrimento ou à custa de outros, existem normalmente outros actores implicados, como por

exemplo, os políticos, os gestores, os empresários. A medicina tem uma liberdade aparente.

Existem também outros factores de risco. A ausência de formação cívica, as atitudes racistas e xenófobas para com os imigrantes, em particular quando a cor da pele é um estigma, as notícias alarmantes e normalmente infundadas que circulam nos meios de comunicação, a falta de escolaridade ou a ausência de currículos escolares apropriados às novas realidades e que proporcionem aos cidadãos, imigrantes ou não, um profundo conhecimento dos seus direitos e deveres, a ausência de uma formação sobre multiculturalidade e interculturalidade nas escolas médicas e de enfermagem, bem como o insuficiente apoio financeiro por parte do governo central e local, para o desenvolvimento de projectos de investigação ou de acção no campo da saúde, que envolvam as populações imigrantes são, sem dúvida, factores de risco para uma integração saudável, a todos os níveis, das populações imigrantes no nosso país.

Esta ausência de investimento profundo e estruturado, por parte dos decisores políticos e económicos no campo da saúde e imigração, deixa bastante espaço à sociedade civil e em concreto às Organizações Não Governamentais (ONG's), para poderem vir a desempenhar um importante papel ao lado dos imigrantes, na defesa dos seus direitos. É no entanto necessário, tomar alguns cuidados: em primeiro lugar, é fundamental, como já dissemos anteriormente, olhar para a saúde e para a doença numa perspectiva holística, tendo em atenção que existem outros conhecimentos técnicos e terapêuticos igualmente válidos e que fazem parte dos contextos culturais dos imigrantes. Em segundo lugar, importa ter em conta que muitos contextos terapêuticos tradicionais, bem como a própria noção de género ou de corpo, estão associados a padrões religiosos e simbólicos, por vezes a tabus e proibições que é necessário compreender e respeitar para poder existir um diálogo útil entre médico ou enfermeiro e paciente. Em terceiro lugar, é muito importante ter sempre presente que quaisquer que sejam os projectos de saúde desenvolvidos quer pelas ONG's, quer por algumas autarquias, só serão eficazes e apropriados se, e quando, forem levados a cabo com os imigrantes e não para os imigrantes. Em quarto lugar, a investigação sobre a saúde dos imigrantes deve sempre ser feita de forma interdisciplinar e não apenas na perspectiva da biomedicina. Em quinto lugar, acreditamos que se as condições socio-económicas, residenciais e sanitárias dos imigrantes melhorarem, será também melhor o seu estado geral de saúde, não dependendo pois da sua condição de "migrante". Por último, é fundamental que o acesso dos imigrantes à saúde, seja considerado um direito e não um privilégio, devendo os próprios, ter um papel activo no sistema.

Cristina Santinho

Doutoranda em Antropologia

Docente na Universidade Lusófona

Coordenadora do Grupo Imigração e Saúde (GIS)



A presença de empresários estrangeiros no Alentejo não é uma realidade completamente nova. Contudo, foi sobretudo depois de 1980 que o número de empresários estrangeiros no Alentejo aumentou significativamente, assim como os países de origem desses mesmos empresários. No entanto, este fenómeno da presença de empresários imigrantes no Alentejo e do seu contributo para o desenvolvimento da região esteve praticamente ausente da investigação sociológica. A importância que este fenómeno tem vindo ultimamente a assumir e a maior visibilidade social que lhe está associada, justifica uma maior atenção para com este fenómeno no sentido de lhe conhecer as suas especificidades no contexto da grande heterogeneidade associada à imigração empresarial no nosso país.

O tema central deste artigo e da investigação que lhe serviu de base<sup>1</sup> prende-se com a problemática do empresário imigrante e do seu contributo para o desenvolvimento da região Alentejo. Mais concretamente, pretendíamos saber se o aumento das iniciativas empresariais promovidas por estrangeiros seria um factor de crescimento e dinamização da inovação e de afirmação de novas culturas empresariais.

Do ponto de vista metodológico, este trabalho pode ser encarado como um estudo comparativo de duas categorias empresariais (estrangeiros e nacionais), onde se associaram técnicas qualitativas e quantitativas de recolha, tratamento e análise da informação.

### 1 – A mudança e a inovação empresarial

Com base na observação e tratamento dos dados, uma das características mais marcantes das diversas iniciativas empresariais promovidas por estrangeiros no Alentejo prende-se com a originalidade e o sucesso dos seus empreendimentos. Muitas das actividades empresariais promovidas por cidadãos estrangeiros no Alentejo assumem um carácter original e único face ao contexto económico em que estão inseridas. Outras, não sendo propriamente originais beneficiam do conhecimento e do *know-how* económico e relacional do seu criador. Por outro lado, são também os estrangeiros que mais importância atribuem à implementação de mudanças e transformações nas suas empresas, em especial aquelas que têm sobretudo a ver com a criação de novos produtos e serviços e a conquista de novos mercados.

Assim, enquanto que os portugueses acentuam mais uma lógica de orientação de tipo patrimonial marcada pela rotina, receosa e resistente à implementação da mudança, os estrangeiros reforçam muito mais uma concepção de tipo empresarial, especialmente aberta e receptiva à transformação e importância estratégica da inovação. Desta forma, os empresários portugueses são mais receosos face à mudança e, quando realmente esta tem lugar, está sobretudo associada a processos de adaptação face à evolução dos mercados e do sector em que actuam. Os empresários imigrantes reforçam

bastante mais a importância da inovação, sendo esta especialmente marcada por uma lógica de tipo transferencial. A sua condição de cidadãos estrangeiros, conhecedores habituais de outras realidades e experiências empresariais inovadoras, permite-lhes beneficiar de certos recursos considerados estratégicos (informação, do *Know-how* e dos mercados) que os coloca numa posição de vantagem face à grande maioria dos empresários portugueses, sobretudo no que respeita à implementação de mudanças e inovações.

Se tivermos em conta que, do ponto de vista da organização interna, as empresas estrangeiras são mais exigentes na contratação de técnicos qualificados e bastante mais consumidoras de serviços externos (serviços profissionais), a mudança é vista como uma realidade menos assustadora e como um importante trunfo a aproveitar pelas empresas. A conjugação de todos estes factores permite às empresas estrangeiras garantir uma maior penetração e internacionalização dos seus mercados.

### 2 – Culturas empresariais dominantes

Em trabalhos anteriores que comparavam os empresários portugueses e estrangeiros no Alentejo, foi possível identificar diferentes perfis culturais tendo em conta uma diversidade de dimensões e perspectivas de análise. A análise efectuada dos dados recolhidos, através da aplicação de questionários e entrevistas, permitiu identificar quatro perfis culturais dominantes entre os empresários inquiridos: cultura empresarial de tipo empreendedora, de mudança controlada, retraída e formalista. Os dois primeiros perfis culturais estão fortemente associados aos empresários estrangeiros, enquanto que os outros dois perfis culturais (retraída e formalista) caracterizam sobretudo os empresários portugueses.

O perfil cultural de tipo empreendedor (constituída por 74% estrangeiros e 26% portugueses) atribui uma grande importância à problemática da inovação e da mudança na estratégia de desenvolvimento da empresa, sem revelar grande preocupação com o rigor no cumprimento das regras e das normas, nem necessidade especial de impor um controle pela via da hierarquia ou da centralização do poder. Do ponto de vista cultural, este grupo procura aliar a mudança e a inovação à descentralização do poder e das funções numa óptica de identificação estratégica face à missão geral da empresa. Neste sentido, para se conseguir a integração dos membros da empresa, a sua identificação face aos objectivos mais gerais ou à missão da empresa e a adaptação efectiva do seu funcionamento à evolução do contexto em que está inserida, estes empresários consideram ser mais importante a formação de processos de interacção social, de partilha de valores comuns e de estruturas mais flexíveis de divisão do trabalho, do que o cumprimento e imposição de regras e normas de forma rigorosa e autoritária.

O segundo perfil cultural, definido por mudança controlada (64% estrangeiros e 36% portugueses), procura articular as necessidades de mudança e inovação empresarial com exigências em termos de formalização e de centralização do poder e das funções. Do ponto de vista cultural, este grupo é muito semelhante ao primeiro (empreendedor) no que se refere à importância estratégica atribuída à mudança, à criatividade e à inovação, mas, atendendo à maior dimensão das empresas e à mais elevada complexidade da sua estrutura, procuram atingir um maior profissionalismo dos seus membros com o aumento da coordenação e formalização do seu trabalho. Do ponto de vista das representações dominantes, este grupo procura atingir a integração e a participação dos seus membros tanto pela via da partilha de valores e normas culturais comuns (integração pela cultura) como pelo cumprimento de regras formais (integração pela regra).

A cultura de tipo retraída (69% portugueses e 31% estrangeiros), caracteriza-se por conceber a empresa e a função empresarial de uma forma muito fechada e isolada em relação ao meio ou ao contexto envolvente, e por apresentar preocupações muito centradas na sobrevivência económica e nos aspectos relacionados com a preservação do património material da empresa. De um modo geral, são empresas muito pequenas quer em número de efectivos e em volume de negócios, onde a formalização não é considerada como uma necessidade prioritária e a inovação e a mudança correspondem a parâmetros difíceis de concretizar ou perspetivar. Ao acentuar a estabilidade e a previsibilidade, recebe a mudança e a inovação como factores que acentuam a incerteza e o risco.

Por fim, o quarto grupo de empresários integra o perfil cultural de tipo formalista (74% de portugueses e 26% estrangeiros). De todos, é aquele que mais caracteriza os empresários portugueses. A baixa orientação empresarial deste grupo, especialmente no que respeita à vontade de assumir os riscos e os desafios da mudança e da inovação, faz com que apareça muito marcado por uma estrutura de valores e de representações assente no conservadorismo e na rotina. Este grupo tem como particularidade principal a de procurar articular uma baixa preocupação com a mudança e a inovação e uma elevada formalização e centralização. Ao valorizar especialmente a estabilidade e a previsibilidade, exige um grande rigor no respeito pela hierarquia e no cumprimento das regras e das normas estabelecidas no seio da empresa. Do ponto de vista da gestão dos recursos humanos e das relações sociais na empresa, é também pouco receptivo à implementação de mudanças e transformações que ponham em causa a distribuição do poder e da autoridade formal na empresa. O rigor e a tradição são aspectos extremamente importantes na estruturação da personalidade dos empresários deste grupo. A grande maioria prevê que não haverá grandes mudanças ou alterações significativas (nos produtos, nos mercados e no sistema técnico) nas suas empresa nos próximos anos.

Em síntese, pela inovação e pela cultura, o empreendedorismo imigrante no Alentejo apresenta aspectos bastante relevantes para o desenvolvimento desta região.

Domingos Afonso Braga

Professor Auxiliar do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora

1. Domingos Braga (2001), *Inovação, Cultura Empresarial e Desenvolvimento Local – O caso dos Empresários Estrangeiros no Alentejo*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Universidade de Évora.

## Etnicidade, imigração e multiculturalidade em Portugal: uma perspectiva nacional e local<sup>1</sup>

A presente reflexão tem por base excertos das comunicações realizadas no âmbito do Ciclo de Conferências “Educação, Memória e Sociedade”, neste caso, subordinado ao tema “Etnicidade, imigração e multiculturalidade em Portugal: uma perspectiva nacional e local” realizada pelo Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Escola Superior de Educação de Portalegre. Numa primeira fase teve lugar a intervenção “Imigração, Imigrantes e Novos Públicos Escolares”, levada a cabo pelo Professor Doutor Fernando Luís Machado<sup>2</sup>. Num segundo momento, foi reservado espaço para uma abordagem local, através da comunicação “Imigrantes em Portalegre – Uma análise em torno da problemática da Integração”, realizada pelo Professor Alexandre Martins<sup>3</sup>.

### Imigração, Imigrantes e Novos Públicos Escolares

A sessão levada a cabo pelo Professor Doutor Fernando Luís Machado teve por base três pontos de reflexão essenciais. Por um lado, a Imigração num contexto nacional e local, por outro, a Etnicidade e as Identidades Étnicas e, por fim, os Novos Públicos Escolares.

No que diz respeito à Imigração, o autor refere que, à escala global, dois por cento da população mundial é “migrante”, o que induz movimentos migratórios e alterações sociais, económicas e culturais significativas. À escala nacional, a população migrante corresponde a cinco por cento, percentagem estruturalmente significativa, atendendo à dimensão do nosso país.

Portugal não tem uma experiência nova, do ponto de vista das migrações, se entendermos migrações no sentido amplo da palavra. Nos últimos 30 anos Portugal tem vivido fluxos migratórios distintos, que o autor enumera e diferencia. Um primeiro fluxo migratório diz respeito à Emigração. Fenómeno secular em Portugal, teve o pico da sua evolução nas décadas de sessenta e setenta, designadamente rumo aos países europeus. De salientar que a Emigração, após um período de decréscimo acentuado e ainda que em moldes distintos, está novamente a intensificar-se.

Um segundo fluxo migratório relevante diz respeito ao regresso dos Emigrantes. Este fenómeno, segundo o autor de extrema importância, tem merecido pouca atenção e não tem sido analisado de forma consistente. Concerne, sobretudo, às pessoas que completaram o seu ciclo migratório e estão de volta a Portugal, na sua grande maioria, em idade de reforma. Neste caso, podemos colocar-nos a seguinte questão, passível de reflexão: de que forma as pessoas que regressam a Portugal estão a integrar-se e a “re”inserir-se na sociedade de onde emigraram há décadas?

Outro aspecto de grande relevância (um terceiro fluxo) diz respeito à Imigração, mais expressiva em Portugal a partir de meados dos anos 80. O quarto (e último) fluxo migratório registado em Portugal está directamente relacionado com a vinda dos “retornados” das ex-colónias portuguesas, aproximadamente 600.000, destacando-se o modo como a sociedade portuguesa absorveu, de forma surpreendente e assinalável, a população “retornada” que, há data, correspondia a seis por cento da população total do país.

Interessante verificar que a Imigração conferiu uma “nova face” a Portugal, através da sua integração nos novos fluxos migratórios, à escala global. Neste ponto, o autor realçou as motivações que originam fluxos migratórios, ou seja, que impelem os seus protagonistas a saírem do seu país de origem e a deslocarem-se para um outro, que os acolhe, temporária ou definitivamente. Para o efeito, existem sempre factores de atracção, por um lado, e factores de repulsão, por outro. De entre os factores de repulsão dos países de origem salientam-se a falta de emprego, as dificuldades económicas, a instabilidade sócio-política e as expectativas não realizáveis, de vária ordem. De entre os factores de atracção, no país de destino, destacam-se a predominância de uma população envelhecida e a procura de mão-de-obra, num dado sector do mercado de trabalho (áreas nas quais, por norma, os autóctones não procuram trabalho).

De salientar o facto de que o desemprego coexiste perfeitamente com o fenómeno da Imigração. De facto, existe desemprego em países com fluxos migratórios também consideráveis, tal como, mais recentemente, se verifica também em Portugal. Esta realidade é indissociável das qualificações e do “tipo de funções” que desempenham os imigrantes, trabalhos estes por norma pouco qualificados e sobretudo não pretendidos pelos autóctones, na procura de emprego.

Ainda que a questão da Imigração se centre bastante nestes aspectos (qualificação/desqualificação) ou seja, na Imigração Laboral, que alude sobretudo a imigrantes vindos de países africanos e, mais recentemente, do Brasil, o autor salienta que, em Portugal, existem outras “formas de imigração”. A imigração de “lazer”, do “Sol” e do “Sul”, que abrange sobretudo europeus do norte, maioritariamente ingleses, que se fixaram no Algarve e por fim a Imigração Qualificada, ou Imigração Profissional, de menor expressão, que diz respeito sobretudo aos altos quadros de empresas multinacionais.

Num segundo momento da sessão, o autor debruçou-se sobre a Etnicidade, como ponto de partida para a reflexão. Portugal é hoje, com relativa expressividade, um país receptor de imigrantes. Enquanto país “de destino”, a Imigração tende a sedentarizar-se, a fixar-se nas sociedades e, incontornavelmente, a gerar novas formas de organização dos grupos e a re-colocar novas questões. É neste contexto que se poderá falar, segundo o autor, de Etnicidade.

A Etnicidade vista de um ponto de vista genérico, resulta da fixação da população, num dado território, ou seja, é a imigração, quando fixada. De um ponto de vista mais preciso, é a “relevância que tem a pertença a certos grupos”, em termos sociais, culturais e políticos.



As identidades étnicas são fenómenos variáveis e transformáveis, que dependem dos territórios e das motivações. Assim, a Etnicidade não é uma constante, ou seja, depende da forma como a população imigrante se insere na sociedade de acolhimento. Deste modo, a Etnicidade pode ser interpretada segundo o autor, com base em dois pontos de vista: a ideia de Contrastes e de Continuidades. Uma Etnicidade forte (remete-nos para contrastes) implica, no limite, a existência de uma cultura e religião diferentes, a concentração residencial do grupo, a composição profissional de contraste

(concentração no mercado de trabalho específico, por norma pouco qualificado) e padrões de sociabilidade muito fechados. Pelo contrário, uma Etnicidade suave (remete-nos para a ideia de continuidades) existe quando a população imigrante tem um relacionamento social aberto e uma composição profissional diversificada. Havendo contrastes, são também maiores os riscos de fricção entre culturas e, no limite, de convulsões sociais. Pelo contrário, a ideia de continuidade pressupõe menores fragilidades sociais, maior integração e consequentemente, menores riscos de ruptura social.

Outra questão essencial diz respeito aos novos públicos escolares, ou seja, à multiculturalidade vivida nas escolas, como resultado da integração de inúmeros imigrantes e filhos de imigrantes nacionalizados, de várias origens, no universo escolar. Esta questão reveste-se, segundo o autor, de inúmeros equívocos e re-coloca questões antigas, sobretudo quando se pressupõe e se conclui a existência de problemas no meio escolar como resultado da multiculturalidade. Esta é, segundo o autor, uma falsa questão,

na medida em que a multiculturalidade não deve ser considerada enquanto factor de instabilidade e de insucesso escolar, mas sobretudo as desigualdades sociais vividas pelos seus protagonistas (imigrantes, e não só). A multiculturalidade não pode ser dissociada da condição social. A tónica deve ser colocada na diferença de classes, nas desigualdades laborais e económicas e ainda nos baixos níveis de escolaridade e de mobilidade social e laboral de muitas famílias imigrantes. Este é, segundo o autor, o aspecto essencial, no diagnóstico das fragilidades do sistema escolar e, conseqüentemente, no fraco aproveitamento escolar de públicos multiculturais.

### Imigrantes em Portalegre – Uma análise em torno da problemática da Integração

Na sequência da realização de vários grupos de trabalho, no âmbito da Rede Social de Portalegre, a área da imigração, mais precisamente a possibilidade de intervir junto da população imigrante residente no concelho, foi sinalizada como uma necessidade a considerar, no quadro de uma estratégia de intervenção social alargada, para o concelho. É neste contexto que surge, no âmbito do projecto Cidadania Activa promovido pela Câmara Municipal de Portalegre e financiado pelo POEFDS, a possibilidade de realização do Estudo de Diagnóstico sobre os Imigrantes do Concelho de Portalegre.

O objectivo essencial do diagnóstico reside na produção de conhecimentos objectivos sobre a situação social dos imigrantes em Portalegre, tendo em vista a tomada de decisão estratégica e a posterior implementação de acções em parceria, com vista à promoção da integração social dos imigrantes, a nível local. A intervenção perpetrada pelo autor, do Estudo, o Professor Alexandre Martins, centrou-se na apresentação de vários aspectos sobre a situação social dos imigrantes, sobre a forma como estes são “vistos” pela comunidade local e ainda sobre as expectativas destes em relação à sua integração (ou não) neste território.

Destacam-se aqui, sobretudo, conclusões e recomendações para a intervenção social no campo da imigração, sugeridas pelo autor, com base na pesquisa realizada e nos resultados obtidos no decorrer do estudo de investigação que realizou junto da comunidade local e dos imigrantes do concelho, que correspondem a (apenas) uma parte de um estudo de diagnóstico mais abrangente, mais completo e mais extenso<sup>4</sup>. No que concerne às conclusões, o autor propõe potenciais “cenários” sobre o futuro da imigração no concelho de Portalegre, a médio prazo. Salientamos, neste caso, o aumento da população imigrante no concelho de portalegre, na senda de uma renovação demográfica, enquanto oportunidade para o enriquecimento social e cultural, fundado na estruturação de uma efectiva integração dos imigrantes. De entre os problemas sentidos pelos imigrantes no seu processo de integração social na sociedade portuguesa e, concretamente, em Portalegre, destacam-se as fragilidades ao nível da habitação e do trabalho. Curiosamente, duas dimensões da vida classicamente problemáticas para as classes mais

desfavorecidas. No campo do relacionamento social, finalmente, o autor assinala o facto de parecer não existir nenhuma especial discriminação por parte dos imigrantes, que se mostram abertos à constituição de sociabilidades com os autóctones. Ainda assim, deixam transparecer um grande fechamento no que toca à manifestação da sua identidade cultural. Partindo do ponto de vista do autor, este é, seguramente, um aspecto a ser trabalhado para se assegurar uma integração plena dos imigrantes.

Neste contexto, sugere contributos passíveis de serem enriquecidos, ampliados ou reformulados, que se constituem como um conjunto de linhas-guia que possam orientar, efectivamente, uma parte significativa da intervenção social no campo da imigração no concelho. Salientam-se:

- (1) a organização de acções possibilitadoras do ensino da língua portuguesa, com base numa pedagogia participativa, que contemple as preocupações e os pontos de vista dos protagonistas, integrando-os activamente no processo, facilitando a apropriação dos conteúdos fundamentais ao exercício pleno e autónomo da sua cidadania;
- (2) a implementação de um sistema de informação para a cidadania, organizado em torno de uma vertente formativa, pela qual se poderia transmitir aos imigrantes informação fundamental sobre os seus direitos de cidadania, designadamente em áreas-chave como o direito do trabalho e as formas e modalidades de acesso a prestações sociais, económicas e outras, e ainda em torno de uma vertente informativa, disponibilizando recursos informativos actualizados e em línguas estrangeiras, orientados para a promoção dos conhecimentos dos imigrantes sobre os recursos sociais disponíveis aos quais podem aceder e de que podem beneficiar;
- (3) Combate aos abusos de que são alvo os cidadãos imigrantes no concelho, designadamente ao nível de arrendamentos de habitação em condições ilegais ou de desrespeito pelas leis do trabalho;
- (4) Sensibilização da população sobre os direitos dos imigrantes, designadamente nas áreas em que existe uma maior competição directa entre os imigrantes e os autóctones, como no acesso ao mercado de trabalho;
- (5) Fomento da constituição de sociabilidades entre os imigrantes e a população local, através da organização de sessões de informação e animação orientadas para a promoção da interculturalidade e para o aproveitamento de traços comuns aos diversos campos culturais em presença (como jogos tradicionais com raízes comuns e diferentes variantes nacionais, concursos literários ou artísticos, interculturais);
- (6) Implementação de um observatório permanente da imigração, constituído em parceria, o qual possa dar conta da evolução, tendências e modos de organização da imigração no concelho, assim como, em particular, das modalidades concretas pelas quais a integração social dos imigrantes está

(ou não) a acontecer. Este observatório poderia ainda constituir-se como um serviço de consultoria à comunidade, propondo medidas tendentes à resolução dos problemas que o fenómeno da imigração vai sucessivamente colocando, a nível concelho;

(7) Criação de um serviço em parceria de resposta rápida e encaminhamento de imigrantes em situação de emergência social para soluções sociais;

(8) Apoio e promoção do associativismo imigrante, como forma de (re)construção identitária dos imigrantes e de estabilização das redes de organização de sociabilidades e de apoio à integração social daqueles que vêm trabalhar ou fixar-se no concelho.

As recomendações sugeridas poderão talvez, segundo o autor, contribuir para a construção de um concelho mais inclusivo, com maior qualidade de vida e, porque não, referencial, nesta matéria, a nível regional e nacional.

1. No âmbito das actividades desenvolvidas pelo Departamento de Ciências Sociais e Humanas, nomeadamente as que se prendem com a organização e concretização de iniciativas que promovam a divulgação de projectos, trabalhos, teses e outras actividades de investigação científica, e numa perspectiva de continuidade de encontros anteriores sob o mesmo tema central, realizam-se este ano duas conferências centradas num tema comum, o qual goza não só de uma incontornável visibilidade pública, mas sobretudo de um interesse sociológico merecedor de uma investigação já assinalável: a imigração, a etnicidade e a multiculturalidade em Portugal. A iniciativa teve como objectivo central a possibilidade de construir um momento de reflexão partilhada sobre o tema da imigração, nas suas diversas vertentes, quer do ponto de vista social e cultural, quer igualmente do ponto de vista económico e político. Por isso mesmo constituiu uma actividade não só aberta à comunidade escolar interna à ESEP, mas igualmente a toda a comunidade educativa exterior, envolvendo nomeadamente as instituições e os profissionais com sensibilidade e actuação no terreno em torno da problemática da imigração (excerto do folheto de divulgação da iniciativa).

2. Fernando Luís Machado, Sociólogo, Doutorado em Sociologia pelo ISCTE, Prof. Auxiliar do Departamento de Sociologia do ISCTE e membro fundador do CIES – Centro Investigação e Estudos em Sociologia. Acumula no seu currículo uma extensa actividade de investigação, nomeadamente na área da etnicidade, migrações e minorias étnicas. Como resultado da sua tese de Doutoramento publicou, em 2004 o livro “Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal” (Celta Editora).

3. Alexandre Cotovio Martins, Sociólogo, Mestre em Sociologia no domínio da Cidade, Território e Reabilitação pelo ISCTE, Doutorando em Sociologia Rural e Urbana, Professor da Escola Superior de Educação de Portalegre. Autor do Estudo de Diagnóstico Social dos Imigrantes do Concelho de Portalegre, realizado no âmbito do Projecto Cidadania Activa, promovido pela Câmara Municipal de Portalegre.

4. A versão integral do Estudo de Diagnóstico sobre a situação social dos Imigrantes no Concelho pode ser solicitada junto do Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal de Portalegre.

Sueli Leal

Técnica do Núcleo Distrital de Portalegre da REAPN

## Projecto Geração Cool

De forma a dar continuidade à intervenção preconizada pelo Projecto Geração Cool, a Santa Casa da Misericórdia de Almada (SCMA) candidatou-se, enquanto entidade promotora/gestora, a uma nova fase do Programa Escolhas 2.ª Geração, cuja duração e respectivo financiamento será de Dezembro de 2006 a Novembro de 2009, tendo já decorrido a primeira fase desde Janeiro de 2005 a Outubro de 2006. Presentemente, o projecto desenvolve a sua intervenção em parceria com entidades e instituições locais, designadas como consórcio, constituído por: Câmara Municipal de Almada; Junta de Freguesia de Caparica; Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Almada; Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI); Centro de Emprego de Almada; Centro de Saúde – Extensão de Saúde do Monte de Caparica; Guarda Nacional Republicana de Almada; Escola Secundária do Monte de Caparica e Instituto de Reinserção Social de Almada.

O projecto visa intervir fundamentalmente num universo de cerca de 150 jovens, cujas faixas etárias se situam entre os 12 e os 24 anos, residentes na zona do Plano Integrado de Almada - PIA. A intervenção que se pretende desenvolver visa a integração sócio-económica e cultural dos jovens pelo reforço das suas competências a diferentes níveis, para o exercício de uma cidadania activa e responsável, privilegiando a formação familiar, pessoal, escolar e profissional.

O projecto apresenta três grandes objectivos:

- Proporcionar a integração pessoal e social, escolar e

profissional de jovens e familiares provenientes de contextos socio-económicos mais vulneráveis;

- Promover a ocupação dos tempos livres dos jovens, proporcionando uma maior participação cívica e comunitária, de forma a prevenir situações de risco.
- Proporcionar à comunidade local o desenvolvimento de competências específicas que potenciem a utilização das TIC como ferramentas de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade de informação.

Ao longo da execução do projecto desenvolveram-se diversas actividades, tais como: acompanhamento psicossocial a jovens e famílias, orientação e encaminhamento formativo e profissional; turmas PIEF (2.º e 3.º ciclo) em parceria com o PETI; visitas de estudo; sessões de sensibilização; actividades



ocupacionais; ateliers/workshops desportivos e artísticos; passeios culturais; comemoração datas festivas e acesso às TIC.

Numa apreciação global da primeira fase de intervenção do projecto salientamos como principais resultados:

- O elevado número (283) de participantes (jovens e familiares) no projecto.
- A constituição e o funcionamento de 4 turmas PIEF que deram resposta a 50 jovens em situação de absentismo e abandono escolar nos seguintes anos lectivos:
  - 2004/2005 - PIEF T1 (2.º ciclo) - CCPIA II
  - 2005/2006 - PIEF T1 e T2 (2.º e 3.º ciclo) - EB 2,3 da Trafaria
  - 2006/2007 - PIEF T2 - Escola Secundária do Monte de Caparica.
- Acompanhamento aos 50 jovens integrados nas referidas turmas e seus agregados familiares.
- Relativamente à dinamização do Espaço Jovem, aquando do início do projecto, o n.º de utentes que frequentaram esta acção aumentou consideravelmente, ou seja, de 77 jovens inscritos para 253 inscritos e que frequentaram o espaço e actividades inerentes a este. A participação dos jovens neste espaço ofereceu uma dinâmica particular ao projecto.
- No que se refere à regularização da documentação foram identificadas 43 irregulares, das quais 23 se encontram regularizadas através do apoio da equipa técnica do projecto.
- A articulação próxima com as entidades que desenvolvem também um trabalho junto dos jovens, ao longo de todo o processo de intervenção.

No seguimento do trabalho desenvolvido junto dos jovens e respectivos familiares, o projecto pretende dar continuidade às actividades de acompanhamento psicossocial, de orientação e encaminhamento formativo e profissional. O projecto dinamiza diversos ateliers para o aproveitamento saudável dos tempos livres, como os desportivos e os artísticos e de um Espaço Jovem com uma oferta bastante diversificada em termos de actividades ocupacionais. Actualmente, o projecto possui um espaço designado por Centro de Inclusão Escolar – CID@NET, para a formação ao nível das TIC, o acesso à Internet e o apoio à realização de trabalhos escolares.

Na zona de intervenção do projecto, Plano Integrado de Almada (PIA), cada vez mais se tem verificado um aumento de descendentes de imigrantes e minorias étnicas. Neste sentido, e face às dificuldades de integração, de jovens e familiares, em termos de acesso à educação, formação profissional e/ou emprego, pelo facto de estes não se encontrarem em situação regular no país de acolhimento, o projecto intervém no sentido de apoiar na resolução de situações problema, tendo por base a regularização da documentação, de forma a terem uma plena integração na sociedade de acolhimento, através de um espaço de atendimento cuja denominação é Gabinete de Apoio ao Cidadão Imigrante (GACI). Este trabalho não seria possível sem a estreita articulação feita com os serviços competentes

nomeadamente, Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), Embaixadas, entre outros.

Outra actividade que marcou o projecto foi uma viagem a Cabo Verde (Ilha de S. Tiago), no passado mês de Setembro de 2006.

O projecto levou 12 jovens com idades compreendidas entre os 13 e os 23 anos de idade, residentes no PIA. Esta viagem pretendeu proporcionar aos jovens o (re) encontro com os seus familiares, bem como promover a valorização das tradições e cultura do país de origem dos seus ascendentes, para um melhor conhecimento das suas raízes culturais.

Foi uma semana inesquecível, sendo cada dia preenchido com diversas actividades, desde visitas a instituições, idas à praia, visitas a locais turísticos da Ilha e, claro, como não poderia deixar de acontecer, o tão esperado momento de encontro com os familiares dos jovens.

Esta viagem foi organizada pelo projecto Geração Cool, promovido pela Santa Casa da Misericórdia de Almada e financiado pelo Programa Escolhas 2.ª Geração. Não teria sido possível a realização da mesma sem a colaboração da Câmara Municipal de Almada, do Instituto Português da Juventude – Delegação de Setúbal e da Embaixada de Cabo Verde.

Nuno Cristóvão  
Coordenador Projecto



## Testemunhos

*Não tenho muito que contar, não passei por muitas dificuldades desde que cheguei a Portugal...*

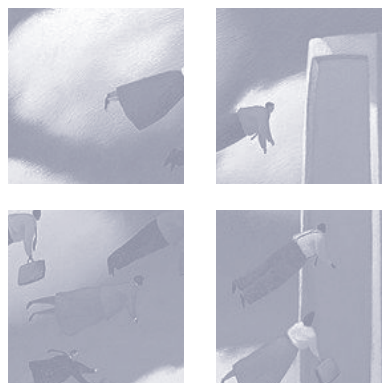
*O meu marido chegou a Portugal em 1999, conseguiu regularizar a sua situação e em Fevereiro de 2002 eu vim também para cá. Logo em seguida dei início o meu processo de legalização através dele. Vivemos dois anos no Norte, em Góis, mas eu tive dificuldades em arranjar trabalho e por esse motivo resolvemos mudar para Setúbal em busca de melhores condições. Escolhemos Setúbal por ser uma cidade maior e por termos aqui amigos e vários contactos. Achei Setúbal uma cidade acolhedora, identifiquei-me com o espaço e com as pessoas. Fiz muitos amigos e sinto-me como se estivesse no meu país (apesar de sentir falta de muitas coisas...).*

*Trabalhei em restaurantes, cuidei de crianças, mas sempre com a expectativa de algo melhor. Através de um amigo tive conhecimento que a Câmara Municipal de Setúbal precisava de colaboradores para um novo Gabinete de apoio a imigrantes. Fiz a entrevista e liquei. O Gabinete abriu as portas em Junho de 2004 e desde então, trabalho directamente não só com a comunidade brasileira mas com outras comunidades imigrantes. Gosto do meu trabalho, todos os dias aprendo coisas novas, tenho contacto com muitas pessoas que me enriquecessem, é um trabalho gratificante porque me permite ajudar os outros.*

*Uma das dificuldades que encontramos em Portugal no momento é a falta de emprego, que faz com que nos afastemos da nossa*

*família, pois muitas vezes temos de trabalhar longe de casa. Muitos homens imigrantes deixam a família aqui em Portugal para procurar trabalho noutros países da Europa. É como se houvesse uma segunda etapa de emigração.*

*Na minha opinião, se Portugal tivesse melhores condições de trabalho seria um lugar óptimo para vivermos. Por outro lado, em Portugal não existe tanta violência como no Brasil, é um país onde podemos transitar sem medos. Não me arrependo de ter vindo, sinto-me muito bem aqui. Voltar... sempre! Mas quando, não sei.*



Lucia  
Gabinete do Imigrante

Divisão de Inclusão Social da Câmara Municipal de Setúbal

*Olá, eu sou a Oksana.*

*Sou casada, tenho 31 anos, dois filhos e moro em Vila Real de Santo António.*



*Em Vila Real de Santo António já moro há 6 anos. Gosto muito da cidade porque é calma, dá-me qualidade de vida e está perto da praia. Vim para Portugal porque queria uma vida melhor para mim e para os meus filhos.*

*Cá em Portugal, conheci muitas pessoas da minha terra e agora são meus amigos. Desde que estou cá, tenho ajudado o CLAI de Vila Real de Santo António a realizar actividades sobre a imigração, tais como: a festa de ano novo das crianças, a celebração ortodoxa e actividades tradicionais.*

*Tenho muitas saudades dos meus pais, irmãos e amigos. Este ano, vou de férias para a Ucrânia. Quando estou na Ucrânia, sinto saudades de Portugal e quando estou em Portugal tenho saudades da Ucrânia. Os meus filhos gostam de Portugal. O meu filho anda na escola e tem muitos amigos Portugueses. Um dia, gostava de voltar à terra natal.*

Oksana  
Voluntária do CLAI – Centro Local de Apoio ao Imigrante  
Vila Real de Santo António

## Bibliografia e Artigos Temáticos

AA.VV. (2006), O 'Pseudo-Arrastão' de Carcavelos: Documentos, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. [documento institucional].

CARVALHO, Francisco (2005), Filhos de Imigrantes Cabo-Verdianos em Portugal: a Questão Identitária, Lisboa, Socinova. [working paper científico].

CARVALHO, Lourenço Xavier de (2004), Impacto e Reflexos do Trabalho Imigrante nas Empresas Portuguesas. Uma Visão Qualitativa, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. [livro científico].

CUNHA, Isabel Ferin, Clara Almeida Santos, Catarina Valdigem e Willy S. Filho (2006), Media, Imigração e Minorias Étnicas II, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. [livro científico].

DARBY, Paul (2006), "Migração para Portugal de jogadores de futebol africanos: recurso colonial e neocolonial", *Análise Social*, 179, pp. 417-433. [artigo em revista científica].

DIAS, Eduardo Costa, Isabel Alves, Nuno Valente e Sérgio Aires (2006), Comunidades Ciganas. Representações e Dinâmicas de Exclusão/Integração, Lisboa Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas [livro científico].

FERREIRA, Eduardo Sousa, Helena Rato, Maria João Mortágua (2005), Novos Caminhos da Europa: A Imigração de Leste, Lisboa, Celta Editora [livro científico].

MARQUES, Maria Margarida e Joana Lopes Martins (2005), Jovens, Migrantes e a Sociedade da Informação e do Conhecimento. A Escola Perante a Diversidade, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. [livro científico].

MARQUES, Rui (2005), Uma Mesa com Lugar para Todos. Para uma Visão Humanista da Imigração, Lisboa, Instituto Padre António Vieira. [livro de opinião].

POSSIDÓNIO, Dora (2006), Descendentes de Angolanos e de Luso-Angolanos na Área Metropolitana de Lisboa: Inserção Geográfica e Social, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. [livro científico].

ROSA, Maria João Valente (2005), (Des)encontro entre as Migrações Internacionais Laborais e as Qualificações Escolares: o Caso dos Europeus de Leste em Portugal, Lisboa, Socinova. [working paper científico].

VALA, Jorge (2005), "Etnicização e estratégias de relação cultural entre os imigrantes e os países de acolhimento: reflexões a partir do caso português", in António Barreto (org.), *Globalização e Migrações*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 273-289. [capítulo de livro científico].

## Legislação e outros documentos

- Declaração Universal dos Direitos do Homem, 10 de Dezembro de 1948.
- Lei da Imigração (Proposta de Lei n.º 93/X).
- Lei da Nacionalidade (Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de Abril).
- Decreto Regulamentar n.º 6/2004, de 26 de Abril (entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional).

## Sites

<http://www.acime.gov.pt> - Sítio do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

<http://filorbis.no.sapo.pt> - Rede de sítios temáticos, onde se desenvolve o sítio informativo sobre as Comunidades Imigrantes em Portugal.

<http://imigrantes.no.sapo.pt/page2comunidades.html> - Sítio informativo com contactos das Associações de Imigrantes em Portugal.

<http://www.iom.int/> - Sítio da Organização Internacional para as Migrações (IOM).

<http://www.socinovamigration.org/> - Sítio da SociNova/Migrações - Centro de Investigação da Universidade Nova de Lisboa.

<http://www.sosracismo.pt/> - Sítio de uma Associação de Luta contra o Racismo e a Xenofobia em Portugal.

<http://www.igt.gov.pt/> - Sítio da Inspeção-Geral do Trabalho.

<http://www.sef.pt/> - Sítio do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

<http://www.imigrante.pt/> - Sítio de informação ao imigrante.

<http://www.cplp.org/> - Sítio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

